

RECURSO ESPECIAL Nº 1.399.154 - RS (2013/0275061-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : MONICA DENISE CARLI E OUTRO(S) - SP082112
MÁRCIA PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - RS030662
RECORRIDO : MÁRCIO BORCHART DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO : REMIAN ELIANDRO LEHNHARD E OUTRO(S) - RS060701

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO BRADESCO S/A contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS).

Cuidam os autos, na origem, de ação de revisão contratual proposta por MÁRCIO BORCHART DA SILVA e LUCIANO CASCARDO & CIA contra BANCO BRADESCO S.A.

O il. Magistrado julgou parcialmente procedente o pedido (sentença às fls. 216/235).

Diante disso, BANCO BRADESCO S/A interpôs apelação, a qual foi parcialmente conhecida e, nessa parte, parcialmente provida pelo eg. TJ-RS, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fls. 260/261):

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - CONTA GARANTIDA (AVAL) PESSOA JURÍDICA; CONTRATOS DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E/OU SERVIÇOS - CDC - PESSOA JURÍDICA, GARANTIDOS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. PEDIDO INCIDENTAL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PELO PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULOS VINCULADOS AOS CONTRATOS. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. INCIDÊNCIA DO CDC.

Nos contratos objetos do presente pedido revisional, é certa a incidência do Código de Defesa do Consumidor, como prevê o seu art. 3º, § 2º, assim como do art. 166 do Código Civil, que autorizam a sua revisão. Súmula 297 do STJ TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS (CONTRATOS DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E/OU SERVIÇOS CDC - PESSOA JURÍDICA, GARANTIDOS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. Não merecem manutenção os juros remuneratórios

pactuados em taxa superior à taxa média de mercado apurada pelo Banco Central na data das respectivas contratações.

CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. *Inexistindo previsão legal da capitalização diária no Código Civil "Brasileiro, admite-se a capitalização mensal de juros nos contratos de cédula de crédito bancário, de acordo com a Lei nº 10.931/2004.*

JUROS REMUNERATÓRIOS NO PERÍODO DE INADIMPLÊNCIA. SIMILITUDE COM A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. *É possível a cobrança dos juros (remuneratórios, previstos para o período de inadimplência, desde que contratados. Entretanto, não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, ou seja: a) juros remuneratórios à taxa média de mercado prevista pelo BACEN, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período da normalidade; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano e c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação. Paradigma do STJ. RESP 1.058.114 -RS. Inviabilidade da cumulação dos juros remuneratórios para o período de inadimplência com comissão de permanência, correção monetária e demais encargos moratórios (juros moratórios, multa).*

MORA E ENCARGOS MORATÓRIOS. *Evidenciadas ilegalidades/abusividades para o período da normalidade contratual, no tocante aos contratos de cédula de crédito bancário para aquisição de bens e/ou serviços - CDC - Pessoa Jurídica, garantidos por alienação fiduciária, impõe-se o afastamento da mora, bem como dos seus encargos (juros moratórios e multa).*

COMPENSAÇÃO DE VALORES. *É possível a compensação de valores quando se trata de ação revisional, sempre que constatada a cobrança indevida do encargo exigido. Precedente STJ.*

REPETIÇÃO DO INDÉBITO. *Admite-se a repetição do indébito, de forma simples, de valores pagos em virtude de cláusulas ilegais, em razão do princípio que veda o enriquecimento injustificado da parte credora.*

ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - VEDAÇÃO DA INSCRIÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES. *Impõe-se a revogação da antecipação de tutela deferida, no tocante à proibição da inscrição de seu nome nos cadastros de inadimplentes, visto que quando do seu deferimento, em sede de Agravo de Instrumento, houve o condicionamento aos depósitos dos valores entendidos como devidos, o que não foi observado, de modo contínuo, pela parte autora/apelante.*

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. *Impõe-se a manutenção da sentença que julgou extinta a Ação de Busca e Apreensão, com base no art. 267, IV do CPC, visto que não caracterizada a mora,*

diante da exigência de encargos abusivos e ilegais, no respectivo contrato.

CARÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL (COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS). Tendo a sentença possibilitado a compensação de honorários, carece de interesse recursal a parte ré/apelante, neste ponto, impondo-se o não conhecimento do recurso quanto à matéria.

Apelação parcialmente conhecida e, nesta parte, parcialmente provida."

Inconformado, BANCO BRADESCO S/A manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação dos arts. 2º, 3º, 4º, inciso IX, e 9º, da Lei n.º 4.595/64; do art. 5º da MP n.º 2.70/2001; e do art. 28 da Lei n.º 10.931/04.

Não foram apresentadas contrarrazões (certidão de fl. 427).

É o relatório. Decido.

A irresignação merece prosperar em parte.

No tocante à limitação dos juros remuneratórios à taxa média de mercado, o entendimento adotado pela corte *a quo* se alinha com as orientações firmadas por esta Corte Superior no REsp n. 1.061.530/RS, submetido ao processo de uniformização de jurisprudência previsto no art. 543-C do Código de Processo Civil, notadamente quanto ao entendimento de que:

"(...) como média, não se pode exigir que todos os empréstimos sejam feitos segundo essa taxa. Se isto ocorresse, a taxa média deixaria de ser o que é, para ser um valor fixo. Há, portanto, que se admitir uma faixa razoável para a variação dos juros [...] Todavia, esta perquirição acerca da abusividade não é estanque, o que impossibilita a adoção de critérios genéricos e universais. A taxa média de mercado, divulgada pelo Banco Central, constitui um valioso referencial, mas cabe somente ao juiz, no exame das peculiaridades do caso concreto, avaliar se os juros contratados foram ou não abusivos"

O entendimento exposto por este Tribunal, para que se admita a abusividade nos juros, é no sentido de que não basta o fato de a taxa contratada suplantear a média de mercado, devendo-se observar uma tolerância a partir daquele patamar, de modo que a vantagem exagerada, justificadora da limitação judicial, deve ficar cabalmente demonstrada

em cada caso concreto, ante as peculiaridades da demanda. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fl. 268):

"Assim, no caso dos autos, para os Contratos de Cédula de Crédito Bancário para Aquisição de Bens e/ou Serviços - CDC - Pessoa Jurídica, garantidos por alienação fiduciária, vê-se que a taxa média apurada pelo Banco Central, no mês da celebração dos respectivos contratos (setembro/2008, outubro/2008, janeiro/2009 e agosto/2009), eram de 19,66% ao ano, 18,39% ao ano, 19,91% ao ano e 16,05% ao ano, respectivamente (www.). Sendo as taxas contratadas superiores aquelas fixada pelo Bacen, está caracterizada a abusividade do credor, uma vez que foram pactuados, no contrato n° 002.393.611, juros de 2,29% ao mês e 31,22% ao ano, no contrato n° 002.406.859, juros de 3,65% ao mês e 53,76% ao ano, no contrato n° 002.444.576, juros de 2,42% ao mês e 33,23% ao ano e no contrato n° 002.532.523, juros de 2,21% ao mês e 29,99% ao ano. Sendo assim, os juros remuneratórios merecem ser limitados nos percentuais previstos pelo BACEN para o mês das respectivas contratações, ou seja: 19,66% ao ano, 18,39% ao ano, 19,91% ao ano e 16,05% ao ano."

Destarte, para modificar a afirmação do Tribunal *a quo*, que com amparo nos elementos de convicção dos autos considerou cabalmente demonstrada a abusividade da taxa contratada, seria imperioso proceder ao reenfrentamento do acervo fático probatório dos autos, providência vedada no âmbito estreito do recurso especial ante o óbice das súmulas 5 e 7/STJ.

Nessa linha de intelecção, confirmam-se:

"AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. ABUSIVIDADE DA TAXA CONTRATADA EM RELAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. SÚMULA N. 7/STJ.

1. É inviável a aplicação da taxa de juros remuneratórios pactuada no contrato na hipótese em que a Corte a quo tenha considerado cabalmente demonstrada sua abusividade em relação à taxa média do mercado. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.

2. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 459.129/RS, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 08/04/2014, g.n.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA DANDO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DA CASA BANCÁRIA. (...)

2. Para derruir a conclusão do acórdão estadual, quanto à existência de abusividade da taxa de juros remuneratórios pactuada, seria necessário o revolvimento dos meios de convicção dos autos, soberanamente delineados pela instâncias ordinária, providência vedada nesta sede especial a teor das Súmulas 5 e 7 do STJ. (...)

4. Agravo regimental desprovido, com aplicação de multa."

(AgRg no REsp 1400263/SC, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 25/04/2014, g.n.)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. TAXA MÉDIA DE MERCADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. DATA DA CONTRATAÇÃO. ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 e 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. 'É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto' (REsp n.1.061.530/RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem reconheceu a abusividade da taxa de juros remuneratórios contratada. Dissentir de tal conclusão demandaria o reexame da prova dos autos, inviável em recurso especial, em virtude do óbice da Súmula n. 7/STJ. (...)"

(AgRg no AREsp 436.537/RS, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 11/02/2014, g.n.)

Outrossim, melhor sorte não socorre ao recurso quanto à tese de legalidade dos encargos contratuais. Isso porque, nesse ponto, as alegações foram apresentadas de forma genérica, sem especificar o dispositivo violado. Com efeito, é uníssono o entendimento desta Corte Superior no sentido de que a alegação genérica no recurso especial atrai, por analogia, a Súmula 284/STF. Corroboram essa conclusão os julgados a seguir:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. VÍCIOS NO IMÓVEL. COBERTURA CONTRATUAL. PROVA. VALORAÇÃO. PRETENSÃO. REEXAME. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. ART. 1.025/CPC. PREQUESTIONAMENTO FICTO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2. INVIABILIDADE. MULTA. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 284/STF. NÃO PROVIMENTO.

(...)

4. A ausência de indicação, associada às razões pelas quais assim entende a parte, do dispositivo legal tido por violado atrai o enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 377.471/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 04/09/2017, g.n.).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. 1. CÁLCULO DA VERBA INDENIZATÓRIA. MODIFICAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. DIVIDENDOS. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. 3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

2. Quanto aos dividendos, não tendo a recorrente indicado, nas razões do apelo nobre, nenhum dispositivo legal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido ou objeto de interpretação divergente pelos tribunais, tem incidência a Súmula n. 284 do STF.

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 824.605/RS, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 05/04/2016, g.n.).

Noutro vértice, o recurso merece acolhimento quanto à capitalização de juros. Com efeito, a Segunda Seção desta Corte Superior consolidou o entendimento acerca do tema debatido no recurso especial, sob a sistemática dos recursos repetitivos, nos termos do acórdão assim ementado:

"CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.

AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.

1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.

2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e 'taxa de juros compostos', métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC:

- **'É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.'**

- **"A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada"** (grifo nosso).

(...)

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido"

(REsp 973.827/RS, Rel. p/ acórdão Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, DJe de 24/9/2012, g.n.).

Na espécie, o eg. Tribunal de estadual divergiu do entendimento deste Superior Tribunal ao afastar a capitalização diária e permiti-la apenas na periodicidade mensal:

"Embora inexistir previsão legal da capitalização diária, prevista contratualmente nas Cédula de Crédito Bancário para Aquisição de Bens 1 e ou Serviços - CDC - Pessoa Jurídica, garantidas por

Superior Tribunal de Justiça

alienação fiduciária n s (cláusulas 3.2 - fls. 164 169, 173 e 180), nas cédulas de crédito bancário, é possível a capitalização mensal dos juros, forte no § 1º, inciso I, dcl) art. 28 da Lei nº 10.931/ 04 que assim dispõe:" (fls. 268/269, g.n.)

Assim, o acórdão recorrido, ao afirmar que a capitalização diária dos juros não é possível, está em confronto com a orientação consolidada neste Superior Tribunal de Justiça, que permite a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual, desde que celebrados a partir de 31/3/2000 e expressamente pactuada, merecendo, portanto, ser reformado.

No mesmo sentido, os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DIÁRIA. MP 2.170-36/2001. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83 DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A eg. Segunda Seção do STJ, em sede de julgamento de recurso especial representativo da controvérsia, firmou tese no sentido de que: (a) 'É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada'; e (b) 'A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada' (REsp 973.827/RS, Rel. p/ acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe de 24/09/2012).

2. Na hipótese, o acórdão recorrido consignou a existência de pactuação de capitalização diária, razão pela qual não está a merecer reforma. Precedentes do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no REsp 1670119/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 21/09/2017)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. SÚMULA 382/STJ. CAPITALIZAÇÃO DIÁRIA. MP 2.170-36/2001. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83 DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Superior Tribunal de Justiça

1. Nos contratos bancários não se aplica a limitação da taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano, sendo necessária a demonstração, no caso concreto, de que a referida taxa diverge de forma atípica da média de mercado para caracterização de abusividade em sua cobrança.

2. A Segunda Seção, ao apreciar os recursos especiais 1.112.879/PR e 1.112.880/PR, entendeu que nos contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória 1.963-17, em vigência atual como MP 2.170-36/2001, e desde que expressamente pactuada, é admissível em período inferior a um ano.

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento"

(EDcl no REsp 1.455.536/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 1º/6/2015).

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial apenas para permitir a capitalização diária de juros.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator